



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2024

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.582, DE 25 DE MARÇO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA BÁSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Esta Lei Complementar altera a Lei Municipal nº 3.582, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre a reformulação da estrutura administrativa básica da Administração Pública Municipal de Alegre.

Art. 2º - O art. 142 da Lei Municipal nº 3.582/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

142.

II - Superintendência de Estradas Rurais - SER.” (NR)

Art. 3º - Fica acrescido o art. 148-B à Lei Municipal nº 3.582/2020:

“Art. 148-B. A Superintendência de Estradas Rurais - SER, órgão ligado diretamente à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Rural, tendo como âmbito de atuação as atividades relacionadas a coordenação, execução e o controle de estradas rurais e pontes do interior, mais especificamente:

I - coordenar os projetos de construção e conservação de estradas rurais e pontes do interior, fornecendo informações regulares ao Secretário Executivo sobre o progresso desses trabalhos;

II - controlar e gerenciar todas as atividades relacionadas às estradas rurais e pontes do interior;

III - monitorar e manter registros sobre a condição das estradas rurais e pontes do interior, visando aprimorar e implementar programas contínuos de manutenção para facilitar o escoamento da produção rural;

IV - colaborar na elaboração de normas referentes a estradas rurais e pontes do interior, em conjunto com os demais órgãos da Administração Municipal;



- V** - elaborar, executar e fiscalizar obras de recuperação e conservação de estradas e acessos a propriedades rurais;
VI - fiscalizar estritamente o cumprimento das normas técnicas e legais estabelecidas para a conservação de estradas rurais e pontes do interior, garantindo a conformidade dos trabalhos realizados e a otimização dos recursos empregados;
VII - promover não apenas a manutenção adequada das vias rurais, mas também fomentar o desenvolvimento socioeconômico das áreas interioranas, facilitando o acesso aos centros urbanos e às atividades comerciais, agrícolas e de serviços;
VIII - administrar o pessoal e os bens colocados à sua disposição;
IX - praticar todos os atos e ações necessárias ao bom desempenho das funções do órgão; e
X - executar outras atribuições afins.

Art. 4º - Os Anexos I, II e IV da Lei Municipal nº 3.582/2020, passam a vigorar conforme os Anexos I, II e IV da presente Lei Complementar.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Alegre - ES, 05 de janeiro de 2024.


SILVANI MONTEIRO CORRENTE
Prefeito Municipal em Exercício